

STJ00113767

**Luiz Fernando Maia**

**CURSO  
DE DIREITO  
TRIBUTÁRIO**

**2ª Edição  
Revista e Atualizada**

Curitiba  
Juruá Editora  
2022

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-5605-969-3**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** R. Flávio Dallegrave, 7.665 São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900 –  
CEP: 82.210-310 Curitiba – Paraná Brasil  
**Europa** – Rua General Torres, 1.220 Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Por-  
tugal

**Editor:** Luiz Augusto de Oliveira Junior

---

Maia, Luiz Fernando.  
M217 Curso de direito tributário / Luiz Fernando Maia  
Curitiba: Juruá, 2022.  
402p.: il.; 21cm

1. Direito tributário. I. Título.

CDD 343.04 (22.ed)  
CDU 336.2.022

---

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>1</b>	<b>CONCEITO JURÍDICO DE ESTADO .....</b>	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>NECESSIDADES PÚBLICAS .....</b>	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES PÚBLICAS: SERVIÇOS PÚBLICOS .....</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO .....</b>	<b>25</b>
4.1	DIREITO FINANCEIRO.....	25
4.2	RECEITAS PÚBLICAS .....	25
4.3	CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS .....	26
4.4	A DIVISÃO NA DOCTRINA DAS RECEITAS EM ORIGINÁRIAS E DERIVADAS .....	26
4.4.1	Receitas Originárias .....	27
4.4.2	Receitas Derivadas.....	28
4.4.2.1	Tributos .....	29
<b>5</b>	<b>CONCEITO DE DIREITO TRIBUTÁRIO E SUA RELAÇÃO COM OUTROS RAMOS DO DIREITO .....</b>	<b>31</b>
5.1	RELAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM O DIREITO CONSTITUCIONAL.....	32
5.2	RELAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM O DIREITO FINANCEIRO.....	32
5.3	RELAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM O DIREITO ADMINISTRATIVO .....	33
5.4	RELAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM O DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL .....	33
5.5	RELAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO .....	33
5.6	RELAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	34
5.7	RELAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM O DIREITO PENAL.....	34

5.8	RELAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM O DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	34
5.9	RELAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM O DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	35
5.10	RELAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO COM O DIREITO PRIVADO .....	35
<b>6</b>	<b>CONCEITO DE TRIBUTO .....</b>	<b>37</b>
<b>7</b>	<b>A DETERMINAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA ESPECÍFICA DO TRIBUTO.....</b>	<b>43</b>
<b>8</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS .....</b>	<b>45</b>
<b>9</b>	<b>A ACEITAÇÃO SOCIAL DO TRIBUTO .....</b>	<b>49</b>
<b>10</b>	<b>DAS ESPÉCIES DO GÊNERO TRIBUTO .....</b>	<b>51</b>
10.1	IMPOSTOS.....	56
10.1.1	Classificação dos Impostos .....	58
10.2	TAXAS .....	61
10.3	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA .....	64
10.4	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	66
10.5	EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO.....	70
<b>11</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS – A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>71</b>
11.1	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA – PODER DE TRIBUTAR – CONCEITO.....	73
11.2	COMPETÊNCIAS PRIVATIVA, COMUM E RESIDUAL.....	73
<b>12</b>	<b>DOS IMPOSTOS VIGENTES, SEGUNDO A OUTORGA DE NOSSO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>77</b>
12.1	IMPOSTOS DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO.....	77
12.1.1	Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (II).....	77
12.1.2	Imposto sobre a Exportação para o Exterior de Produtos Nacionais ou Nacionalizados (IE).....	82
12.1.3	Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR).....	84
12.1.4	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	89

12.1.5	Imposto sobre Operações de Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).....	94
12.1.6	Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) .....	97
12.1.7	O Imposto sobre Grandes Fortunas.....	101
12.2	IMPOSTOS ESTADUAIS.....	103
12.2.1	Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD).....	103
12.2.2	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).....	107
12.2.3	Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) .....	111
12.3	IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	118
12.3.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) .....	118
12.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).....	120
12.3.3	Imposto sobre a Transmissão <i>Inter Vivos</i> , por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por Natureza ou Acesso Física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, Exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição (ITBI).....	125
<b>13</b>	<b>DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO DO BRASIL – ALTERAÇÃO COMPETÊNCIA E ESPÉCIES DE TRIBUTO .....</b>	<b>129</b>
<b>14</b>	<b>IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – A IMUNIDADE COMO REGRA NEGATIVA DE OUTORGA DE COMPETÊNCIA ...</b>	<b>137</b>
14.1	CLASSIFICAÇÃO DE IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS....	139
<b>15</b>	<b>O IMPOSTO ÚNICO COMO ANTAGONISMO AO SISTEMA TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>149</b>
<b>16</b>	<b>PLURIDADE DE TRIBUTOS COM A CONCENTRAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO EM IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS.....</b>	<b>151</b>
16.1	PLURIDADE DE TRIBUTOS COM A CONCENTRAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO MONOFÁSICA E POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA .....	152

<b>17</b>	<b>SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....</b>	<b>153</b>
	17.1 CLASSIFICAÇÃO DOS SISTEMAS TRIBUTÁRIOS .....	153
<b>18</b>	<b>DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO .....</b>	<b>155</b>
<b>19</b>	<b>DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR.....</b>	<b>157</b>
<b>20</b>	<b>PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS EXPRESSOS, IMPLÍCITOS, GERAIS E ESPECÍFICOS.....</b>	<b>159</b>
	20.1 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS EXPRESSOS.....	159
	20.1.1 Princípio da Legalidade Tributária (CF/88, art. 150, I).....	159
	20.1.2 Princípio da Anterioridade da Lei Tributária (CF/88, art. 150, III, b).....	162
	20.1.3 Princípio da Noventena do Tributo (CF/88, art. 150, III, “c”).....	164
	20.1.4 Princípio da Uniformidade Tributária – Geográfica (CF/88, art. 151).....	165
	20.1.5 Princípio da Uniformidade na Tributação das Rendas das Obrigações da Dívida Pública (CF, art. 151, II, 1ª. Parte).....	166
	20.1.6 Princípio da Uniformidade na Tributação da Remuneração e Proventos de Agentes Públicos (CF/88, art. 151, II, Parte Final).....	166
	20.1.7 Princípio que Veda à União Conceder Isenções de Tributos Estaduais e Municipais (CF/88, Art. 151, III).....	166
	20.1.8 Princípio da Não-discriminação Tributária, em Razão da Procedência ou do Destino dos Bens (CF/88, art. 152).....	167
	20.1.9 Princípio da Vedação de Limitações, Mediante Tributos, ao Tráfego de Pessoas ou Bens (CF/88, art. 150, V).....	167
	20.1.10 Princípio da Igualdade Tributária ou Isonomia Tributária (CF/88, art. 150, II).....	168
	20.1.11 Princípio da Irretroatividade da Lei Tributária (CF/88, art. 150, III, a).....	170
	20.1.12 Princípio que Veda Tributo com Efeito Confiscatório (CF/88, art. 150, IV).....	171

2.1.13	Princípios Gerais da Tributação (CF/88, art. 145) ..	172
20.1.13.1	Princípio da capacidade contributiva (art. 145, § 1º).....	172
20.1.13.2	Princípio da Personalização dos Impostos (CF/88, art. 145, § 1º).....	172
20.1.13.3	Princípio que veda as taxas com base de cálculo própria dos impostos (CF/88, art. 145, § 2º).....	173
20.2	<b>PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS EXPRESSOS E ESPECÍFICOS DE IMPOSTOS .....</b>	<b>173</b>
20.2.1	Princípios do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (CF/88, art. 153, § 2º).....	173
20.2.2	Princípios do Imposto sobre Produtos Industrializa- dos (CF/88, art. 153, § 3º).....	173
20.2.3	Princípios do Imposto Territorial Rural (CF/88, art. 153, § 4º, incisos I e III).....	174
20.2.4	Princípios do Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestaduais e Intermunicipais e de Comunicação (§ 2º, incisos I, II e III e § 6º, art. 155, CF/88) .....	175
20.2.5	Princípio do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA (CF/88, § 6º do art. 155).....	175
20.2.6	Princípios do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (CF, art. 156, § 1º, inciso I c.c. art. 182, § 4º, inciso II).....	176
20.3	<b>OUTROS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS EXPRESSOS .....</b>	<b>176</b>
20.3.1	Princípios Tributários Implícitos.....	177
<b>21</b>	<b>VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>179</b>
<b>22</b>	<b>APLICAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (ARTS. 105 A 106).....</b>	<b>181</b>
<b>23</b>	<b>A INTERPRETAÇÃO DA LEI NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (ARTS. 107 A 112) .....</b>	<b>185</b>
<b>24</b>	<b>A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>197</b>
24.1	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL .....	198

24.2	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA .....	200
<b>25</b>	<b>FATO GERADOR.....</b>	<b>203</b>
25.1	FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL .....	203
25.2	FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA ACESSÓRIA.....	204
25.3	CLASSIFICAÇÃO DE FATOS GERADORES .....	204
25.4	IMPORTÂNCIA DO FATO GERADOR.....	205
25.5	ELEMENTOS DO FATO GERADOR.....	206
<b>26</b>	<b>SUJEITO ATIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>211</b>
<b>27</b>	<b>SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>213</b>
<b>28</b>	<b>DISTINÇÃO ENTRE CONTRIBUINTE E RESPONSÁVEL..</b>	<b>217</b>
<b>29</b>	<b>SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA.....</b>	<b>219</b>
<b>30</b>	<b>RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES (ARTS. 136 A 138 CTN) .....</b>	<b>221</b>
<b>31</b>	<b>O CRÉDITO TRIBUTÁRIO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL .....</b>	<b>223</b>
31.1	CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – DO LANÇAMENTO.....	224
31.1.1	Modalidades do Lançamento .....	230
<b>32</b>	<b>SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBU- TÁRIO .....</b>	<b>239</b>
32.1	MORATÓRIA.....	239
32.2	DEPÓSITO DO MONTANTE INTEGRAL DO TRIBUTOS EFETUADO PELO SUJEITO PASSIVO DA OBRIGA- ÇÃO TRIBUTÁRIA PRINCIPAL (ART. 151, II).....	241
32.3	RECLAMAÇÃO E RECURSO .....	243
32.4	SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE PELA CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA .....	243
32.5	CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR OU TUTELA ANTECIPADA EM OUTRAS ESPÉCIES DE AÇÃO JUDICIAL .....	244
32.6	O PARCELAMENTO DO DÉBITO TRIBUTÁRIO .....	245



<b>33</b>	<b>EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>247</b>
33.1	O PAGAMENTO EM SENTIDO ESTRITO.....	247
33.2	OUTRAS MODALIDADES DE EXTIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	251
33.2.1	Compensação Tributária .....	251
33.2.2	Transação .....	255
33.2.3	Remissão.....	257
33.2.4	Decadência e Prescrição.....	258
33.2.5	Conversão do Depósito em Renda .....	264
33.2.6	Pagamento Antecipado e a Homologação do Pagamento.....	265
33.2.7	Consignação em Pagamento .....	265
33.2.8	Decisão Administrativa Irreformável.....	266
33.2.9	Decisão Judicial Passada em Julgado.....	267
33.2.10	Dação em Pagamento.....	267
<b>34</b>	<b>EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>269</b>
34.1	ISENÇÃO (ART. 177 CTN).....	269
34.2	ANISTIA (ART.180 CTN).....	270
<b>35</b>	<b>GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>273</b>
35.1	PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....	274
35.2	PRÉSUMÇÃO DE FRAUDE CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	274
35.3	PREFERÊNCIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	275
<b>36</b>	<b>PROVA DE QUITAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>277</b>
<b>37</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>279</b>
37.1	FISCALIZAÇÃO.....	279
37.2	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA .....	280
37.3	PROCESSO OU PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO .....	282
37.4	PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO PREVENTIVO.....	285
37.4.1	Consulta Fiscal.....	285
37.4.2	Denúncia Espontânea.....	288

	37.4.3	Restituição/Compensação de Tributos .....	288
<b>38</b>		<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO CONTENCIOSO .....</b>	<b>291</b>
	38.1	EFICÁCIA E EXECUÇÃO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS.....	294
<b>39</b>		<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO DE ARROLAMENTO DE BENS DO CONTRIBUINTE.....</b>	<b>295</b>
<b>40</b>		<b>ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>297</b>
<b>41</b>		<b>PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>299</b>
	41.1	MEDIDAS JUDICIAIS POSSÍVEIS DE SEREM PROPOSTAS PELO SUJEITO ATIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	301
	41.1.1	Medida Cautelar Fiscal.....	301
	41.1.2	Ação de Execução Fiscal.....	302
	41.2	MEDIDAS JUDICIAIS POSSÍVEIS DE SEREM PRO- POSTAS PELO SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	305
	41.2.1	Embargos à Execução .....	305
	41.2.2	Mandado de Segurança .....	306
	41.2.3	Ação Cautelar Inominada.....	311
	41.2.4	Ação de Consignação em Pagamento .....	312
	41.2.5	Outras Ações Ordinárias .....	313
	41.2.5.1	Ação ordinária declaratória .....	313
	41.2.5.2	Ação anulatória de débito tributário .....	314
	41.2.5.3	Ação de repetição de indébito .....	315
	41.2.5.4	Ação de compensação .....	316
	41.2.5.5	Ação rescisória .....	317
<b>42</b>		<b>ANTECIPAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>319</b>
<b>43</b>		<b>AFETAÇÃO DEMANDAS TRIBUTÁRIAS EM RAZÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, LEI 13.105/2015 (INÍCIO DA VIGÊNCIA MARÇO/2016) .....</b>	<b>321</b>
<b>44</b>		<b>ILÍCITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>323</b>
	44.1	ILÍCITO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.....	323

44.2	ILÍCITO PENAL TRIBUTÁRIO .....	324
44.2.1	Crimes Contra a Ordem Tributária.....	325
44.2.2	Apropriação Indébita.....	327
<b>45</b>	<b>SANÇÃO ADMINISTRATIVA E SANÇÃO PENAL .....</b>	<b>335</b>
<b>46</b>	<b>CRIMES TRIBUTÁRIOS E PESSOA JURÍDICA.....</b>	<b>337</b>
<b>47</b>	<b>SANÇÕES PESSOAIS E PATRIMONIAIS .....</b>	<b>339</b>
47.1	DA SUSPENSÃO DO PROCESSO CRIMINAL ENQUAN- TO EM TRÂMITE O PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO .....	339
<b>48</b>	<b>PROCESSO PENAL TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>341</b>
<b>49</b>	<b>ELISÃO FISCAL .....</b>	<b>343</b>
49.1	DISTINÇÕES ENTRE ELISÃO E EVASÃO FISCAL .....	343
49.2	ELISÃO FISCAL COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	345
49.3	A ELISÃO FISCAL E A ÉTICA FISCAL TRIBUTÁRIA .....	346
49.4	A LOGÍSTICA TRIBUTÁRIA COMO EXEMPLO DA ELISÃO FISCAL.....	347
<b>50</b>	<b>EVASÃO FISCAL.....</b>	<b>349</b>
<b>51</b>	<b>A INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA DA LEI TRIBUTÁRIA COMO POSSIBILIDADE DA EVASÃO DECORRENTE DE NEGÓCIOS LÍCITOS: NEGÓCIO INDIRETO; ABUSO DE FORMA; ABUSO DE DIREITO E ATO ANORMAL DE GESTÃO .....</b>	<b>353</b>
<b>52</b>	<b>A NORMA ANTELISIVA NO BRASIL, FACE ÀS GARANTIAS E DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>361</b>
<b>53</b>	<b>A NORMA ANTELISIVA NO DIREITO ESTRANGEIRO...369</b>	
<b>54</b>	<b>NORMA ANTELISIVA E A LEI COMPLEMENTAR 104/2000 NO TOCANTE A ALTERAÇÃO DO ART. 116 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....</b>	<b>371</b>
<b>55</b>	<b>COMPLIANCE TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>375</b>
	<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>377</b>
	<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>383</b>